

							
legislação	consultoria	assessoria	informativos	treinamento	auditoria	pesquisa	qualidade

Relatório Trabalhista

Nº 079

04/10/99



INSS EM ATRASO TABELA DE COEFICIENTES PARA OUTUBRO/99

Para recolhimento do INSS em atraso, no período de 05 a 29/10/99, deve-se utilizar a seguinte tabela abaixo, para cálculo de atualização monetária, juros e multa.

MÊS DE COMPETÊNCIA	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	JUROS %	MULTA %				
OUT/99	0,00000000	0,00	00	NOV/95	0,00000000	93,04	10
SET/99	0,00000000	1,00	04	OUT/95	0,00000000	95,82	10
AGO/99	0,00000000	2,00	07	SET/95	0,00000000	98,70	10
JUL/99	0,00000000	3,49	10	AGO/95	0,00000000	101,79	10
JUN/99	0,00000000	5,06	10	JUL/95	0,00000000	105,11	10
MAI/99	0,00000000	6,72	10	JUN/95	0,00000000	108,95	10
ABR/99	0,00000000	8,39	10	MAI/95	0,00000000	112,97	10
MAR/99	0,00000000	10,41	10	ABR/95	0,00000000	117,01	10
FEV/99	0,00000000	12,76	10	MAR/95	0,00000000	121,26	10
JAN/99	0,00000000	16,09	10	FEV/95	0,00000000	125,52	10
DEZ/98	0,00000000	18,47	10	JAN/95	0,00000000	128,12	10
NOV/98	0,00000000	20,65	10	DEZ/94	1,47775972	89,54	10
OUT/98	0,00000000	23,05	10	NOV/94	1,51103052	90,54	10
SET/98	0,00000000	25,68	10	OUT/94	1,55569384	91,54	10
AGO/98	0,00000000	28,62	10	SET/94	1,58528852	92,54	10
JUL/98	0,00000000	31,11	10	AGO/94	1,61108426	93,54	10
JUN/98	0,00000000	32,59	10	JUL/94	1,69176112	94,54	10
MAI/98	0,00000000	34,29	10	JUN/94	0,00064727	95,54	10
ABR/98	0,00000000	35,89	10	MAI/94	0,00093628	96,54	10
MAR/98	0,00000000	37,52	10	ABR/94	0,00135020	97,54	10
FEV/98	0,00000000	39,23	10	MAR/94	0,00190716	98,54	10
JAN/98	0,00000000	41,43	10	FEV/94	0,00273928	99,54	10
DEZ/97	0,00000000	43,56	10	JAN/94	0,00382673	100,54	10
NOV/97	0,00000000	46,23	10	DEZ/93	0,00532566	101,54	10
OUT/97	0,00000000	49,20	10	NOV/93	0,00727961	102,54	10
SET/97	0,00000000	54,24	10	OUT/93	0,00974754	103,54	10
AGO/97	0,00000000	53,91	10	SET/93	0,01317523	104,54	10
JUL/97	0,00000000	55,50	10	AGO/93	0,01770538	105,54	10
JUN/97	0,00000000	57,09	10	JUL/93	0,00002337	106,54	10
MAI/97	0,00000000	58,69	10	JUN/93	0,00003053	107,54	10
ABR/97	0,00000000	60,30	10	MAI/93	0,00003980	108,54	10
MAR/97	0,00000000	61,88	10	ABR/93	0,00005126	109,54	10
FEV/97	0,00000000	63,54	10	MAR/93	0,00006528	110,54	10
JAN/97	0,00000000	65,18	10	FEV/93	0,00008223	111,54	10
DEZ/96	0,00000000	66,84	10	JAN/93	0,00010420	112,54	10
NOV/96	0,00000000	68,57	10	DEZ/92	0,00013491	113,54	10
OUT/96	0,00000000	70,37	10	NOV/92	0,00016660	114,54	10
SET/96	0,00000000	72,17	10	OUT/92	0,00020608	115,54	10
AGO/96	0,00000000	74,03	10	SET/92	0,00025859	116,54	10
JUL/96	0,00000000	75,93	10	AGO/92	0,00031892	117,54	10
JUN/96	0,00000000	77,90	10	JUL/92	0,00039271	118,54	10
MAI/96	0,00000000	79,83	10	JUN/92	0,00047522	119,54	10
ABR/96	0,00000000	81,81	10	MAI/92	0,00058581	120,54	10
MAR/96	0,00000000	83,82	10	ABR/92	0,00072318	121,54	10
FEV/96	0,00000000	85,89	10	MAR/92	0,00086658	122,54	10
JAN/96	0,00000000	88,11	10	FEV/92	0,00105748	123,54	10
DEZ/95	0,00000000	90,46	10	JAN/92	0,00133349	124,54	10
				DEZ/91	0,00167487	125,54	10
				NOV/91	0,00167487	146,73	40

OUT/91	0,00167487	185,69	40
SET/91	0,00167487	220,90	40
AGO/91	0,00167487	252,26	40
JUL/91	0,00167487	280,62	10
JUN/91	0,00167487	307,55	10
MAI/91	0,00167487	334,96	10
ABR/91	0,00167487	363,39	10
MAR/91	0,00167487	392,91	10
FEV/91	0,00167487	422,93	10
JAN/91	0,00167487	455,11	10
DEZ/90	0,00201337	461,06	10
NOV/90	0,00240361	462,06	10
OUT/90	0,00280374	463,06	10
SET/90	0,00318812	464,06	10
AGO/90	0,00359780	465,06	10
JUL/90	0,00397833	466,06	10
JUN/90	0,00440760	467,06	10
MAI/90	0,00483117	468,06	10
ABR/90	0,00509111	469,06	10
MAR/90	0,00509111	470,06	10
FEV/90	0,00635213	471,06	10
JAN/90	0,01084363	472,06	10
DEZ/89	0,01797005	473,06	10
NOV/89	0,02726627	474,06	10
OUT/89	0,03951094	475,06	10
SET/89	0,05466369	476,06	10
AGO/89	0,07877165	477,06	50
JUL/89	0,10187871	478,06	50
JUN/89	0,13118799	479,06	50
MAI/89	0,16376126	480,06	50
ABR/89	0,18004271	481,06	50
MAR/89	0,19318896	482,06	50
FEV/89	0,20498241	483,06	50
JAN/89	0,21232724	484,06	50
DEZ/88	0,00021233	485,06	50

NOV/88	0,00021233	486,06	50
OUT/88	0,00027359	487,06	50
SET/88	0,00034723	488,06	50
AGO/88	0,00044182	489,06	50
JUL/88	0,00054787	490,06	50
JUN/88	0,00066103	491,06	50
MAI/88	0,00081990	492,06	50
ABR/88	0,00098002	493,06	50
MAR/88	0,00115424	494,06	50
FEV/88	0,00137677	495,06	50
JAN/88	0,00159719	496,06	50
DEZ/87	0,00188403	497,06	50
NOV/87	0,00219509	498,06	50
OUT/87	0,00250546	499,06	50
SET/87	0,00282715	500,06	50
AGO/87	0,00308669	501,06	50
JUL/87	0,00326203	502,06	50
JUN/87	0,00346950	503,06	50
MAI/87	0,00357530	504,06	50
ABR/87	0,00421959	505,06	50
MAR/87	0,00520873	506,06	50
FEV/87	0,00630045	507,06	50
JAN/87	0,00721490	508,06	50
DEZ/86	0,00863059	509,06	50
NOV/86	0,01008153	510,06	50
OUT/86	0,01081460	511,06	50
SET/86	0,01117046	512,06	50
AGO/86	0,01138196	513,06	50
JUL/86	0,01157811	514,06	50
JUN/86	0,01177263	515,06	50
MAI/86	0,01191284	516,06	50
ABR/86	0,01206421	517,06	50
MAR/86	0,01223316	518,06	50
FEV/86	0,00001233	519,06	50

nota: SELIC 09/99 = 1,49%

Obs.:

De acordo com o art. 2º da MP nº 1.523-8, de 28/05/97, DOU de 30/05/97 (RT 044/97), e posteriores, que alterou a redação dos arts. 34 e 35 da Lei nº 8.212/91, para os fatos geradores ocorridos a partir de 01/04/97, sobre as contribuições sociais em atraso, arrecadadas pelo INSS, incidirá multa de mora, conforme critério abaixo:

a) para pagamento, após o vencimento de obrigação não incluída em notificação fiscal de lançamento:

- 4%, dentro do mês de vencimento da obrigação;
- 7%, no mês seguinte;
- 10%, a partir do segundo mês seguinte ao do vencimento da obrigação;

b) para pagamento de créditos incluídos em notificação fiscal de lançamento:

- 12%, em até 15 dias do recebimento da notificação;
- 15%, após o 15º dia do recebimento da notificação;
- 20%, após apresentação de recurso desde que antecedido de defesa, sendo ambos tempestivos, até 15 dias da ciência da decisão do Conselho de Recursos da Previdência Social - CRPS;
- 25%, após o 15º dia da ciência da decisão do Conselho de Recursos da Previdência Social - CRPS, enquanto não inscrito em Dívida Ativa;

c) para pagamento do crédito inscrito em Dívida Ativa:

- 30%, quando não tenha sido objeto de parcelamento;
- 35%, se houve parcelamento;
- 40%, após o ajuizamento da execução fiscal, mesmo que o devedor ainda não tenha sido citado, se o crédito não foi objeto de parcelamento;
- 50%, após o ajuizamento da execução fiscal, mesmo que o devedor ainda não tenha sido citado, se o crédito foi objeto de parcelamento.

A Orientação Normativa nº 4, de 13/10/97, DOU de 16/10/97, da Coordenação-Geral de Arrecadação do INSS, estabeleceu procedimentos para recolhimento de contribuições previdenciárias com redução da multa de mora.

Para pagamento à vista, a GRPS em atraso até a competência 03/97, poderá ser recolhida até 31/03/98, com redução de 80% do valor da multa.

A Medida Provisória nº 1.571-7, de 23/10/97, DOU de 24/10/97, estabeleceu que até 31/03/98, as dívidas oriundas de contribuições sociais da parte patronal até a competência março de 1997, incluídas ou não em notificação, poderão ser parceladas em até 96 meses, sem a restrição do § 5º do art. 38 da Lei nº 8.212/91 (será admitido o parcelamento por uma única vez), com redução das importâncias devidas a título de multa moratória nos seguintes percentuais: 50%, se o parcelamento for requerido até 31/12/97; e 30%, se o parcelamento for requerido até 31/03/98.

REDUÇÃO DA MULTA - PERÍODO 27/08/98 ATÉ 31/12/98:

A Orientação Normativa nº 7, de 01/09/98, DOU de 03/09/98, da Diretoria de Arrecadação e Fiscalização e Coordenação-Geral de Arrecadação, do INSS, estabeleceu novos procedimentos para cálculos das contribuições previdenciárias em atraso, incluídas ou não em notificações fiscais, com redução da multa de mora, desde que quitadas até 31/12/98.

A redução é de 80% sobre o valor da multa apurado, para competências até 06/94. Para competências no período de 07/94 até 03/97, a redução será de 50% sobre o valor da multa apurado.

A redução da multa se aplica às contribuições, incluídas ou não em notificações fiscais; relativas à:

- a) quota patronal, inclusive as arrecadadas pela Previdência Social para Terceiros;
- b) contribuição descontada do empregado e do trabalhador avulso;
- c) contribuição relativa à comercialização de produtos rurais;
- d) contribuição do empregado/empregador doméstico;
- e) contribuição dos segurados empresário, autônomo e equiparado a autônomo, devidas a partir da competência 05/95.

A redução da multa moratória não se aplica às contribuições devidas por segurados empresário, autônomo e equiparados a autônomo, relativas a fatos geradores ocorridos até a competência 04/95, inclusive, bem como à indenizações decorrentes de comprovação de exercício de atividade cujo período não exigia filiação obrigatória, que continuam regidos pelas disposições constantes da Lei nº 9.032/95, cuja operacionalização está disciplinada pela Ordem Conjunta INSS/DAF/DSS nº 55, de 19/11/96.

A redução não alcança o valor da multa aplicada através de auto-de-infração e nem sobre a multa não recolhida ou recolhida a menor na data da quitação da contribuição, objeto ou não de Aviso de Acréscimo Legal - ACAL.

CÁLCULO DA ATUALIZAÇÃO:

- Valor Atualizado = (valor original x coeficiente) x UFIR do pagamento
- Atualização Monetária = Valor Atualizado - Valor convertido em Reais

CÁLCULO DE JUROS:

- Juros até nov/80 = Valor Atualizado x (diferença em meses até nov/80 + Juros correspondente a competência dez/80);
- dez/80 em diante = Valor Atualizado x Juros correspondente ao mês/ano da competência.

CÁLCULO DA MULTA:

- Multa até agosto/89 = Valor Atualizado x 50%
- de setembro/89 até julho/91 = Valor Atualizado x 10%
- de agosto/91 até novembro/91 = Valor Atualizado x 40%
- de dezembro/91 até março/97 = Valor Atualizado x 10%
- a partir de abril/97: 4% dentro do mês do vencimento; 7% no mês seguinte; e 10% a partir do segundo mês seguinte ao do vencimento (Art. 2º da MP nº 1.523-8/97).

Obs.: A partir da competência jan/95 inexistiu Correção Monetária.

EXEMPLO PRÁTICO:

A) COMPETÊNCIA SETEMBRO/90:

- valor do débito = Cr\$ 400.000,00;
- UFIR de janeiro/99 = R\$ 0,9770;
- coeficiente para atualização = 0,00318812;
- juros = 464,06%
- multa = 10%.

Cálculo da Atualização do débito:

Cr\$ 400.000,00 x 0,00318812 = Cr\$ 1.275,25
Cr\$ 1.275,25 x 0,9770 = R\$ 1.245,92

Cálculo de Juros:

R\$ 1.245,92 x 464,06% = R\$ 5.781,82

Cálculo da Multa:

R\$ 1.245,92 x 10% = R\$ 124,59

Total à recolher => 1.245,92 + 5.781,82 + 124,59 = R\$ 7.152,33.

B) COMPETÊNCIA ABRIL/94:

- valor do débito = 4.000 URV;
- valor da URV em 02/05/94 = CR\$ 1.323,92;
- valor da UFIR em janeiro/99 = R\$ 0,9770
- coeficiente de atualização = 0,00135020;
- juros = 97,54%
- multa = 10%.

Cálculo da Atualização do débito:

4.000 URV x CR\$ 1.323,92 = CR\$ 5.295.680,00;
CR\$ 5.295.680,00 x 0,00135020 = CR\$ 7.150,23;
CR\$ 7.150,23 x 0,9770 = R\$ 6.985,77

Cálculo de Juros:

R\$ 6.985,77 x 97,54% = R\$ 6.813,92

Cálculo da Multa:

R\$ 6.985,77 x 10% = R\$ 698,58

Total à recolher => 6.985,77 + 6.813,92 + 698,58 = R\$ 14.498,27.

C) COMPETÊNCIA AGOSTO/94:

- valor do débito = R\$ 900,00;
- valor da UFIR em janeiro/99 = R\$ 0,9770;
- coeficiente de atualização = 1.61108426;
- juros = 93,54%
- multa = 10%.

Cálculo da atualização do débito:

R\$ 900,00 x 1.61108426 = R\$ 1.449,98
R\$ 1.449,98 x 0,9770 = R\$ 1.416,63

Cálculo de Juros:

R\$ 1.416,63 x 93,54% = R\$ 1.325,12

Cálculo da Multa:

R\$ 1.416,63 x 10% = R\$ 141,66

Total à recolher => 1.416,63 + 1.325,12 + 141,66 = R\$ 2.883,41.



**IRRF EM ATRASO
TABELA DE CÁLCULO PARA OUTUBRO/99**

Para cálculo e recolhimento do IRRF em atraso, no mês de outubro/99, cujos fatos geradores ocorreram a partir de 01/01/95, observar a tabela abaixo:

MÊS DO VENCIMENTO	CORREÇÃO MONETÁRIA	JUROS DE MORA (%)	MULTA (%)				
outubro/99	-	0,00	0,33/dia*	setembro/98	-	27,62	20
setembro/99	-	1,00	0,33/dia*	agosto/98	-	30,11	20
agosto/99	-	2,49	0,33/dia*	julho/98	-	31,59	20
julho/99	-	4,06	0,33/dia*	junho/98	-	33,29	20
junho/99	-	5,72	20	maio/98	-	34,89	20
maio/99	-	7,39	20	abril/98	-	36,52	20
abril/99	-	9,41	20	março/98	-	38,23	20
março/99	-	11,76	20	fevereiro/98	-	40,43	20
fevereiro/99	-	15,09	20	janeiro/98	-	42,56	20
janeiro/99	-	17,47	20	dezembro/97	-	45,23	20
dezembro/98	-	19,65	20	novembro/97	-	48,20	20
novembro/98	-	22,05	20	outubro/97	-	51,24	20
outubro/98	-	24,68	20	setembro/97	-	52,91	20
				agosto/97	-	54,50	20
				julho/97	-	56,09	20

junho/97	-	57,69	20
maio/97	-	59,30	20
abril/97	-	60,88	20
março/97	-	62,54	20
fevereiro/97	-	64,18	20
janeiro/97	-	65,85	20
dezembro/96	-	67,58	20
novembro/96	-	69,38	20
outubro/96	-	71,18	20
setembro/96	-	73,04	20
agosto/96	-	74,94	20
julho/96	-	76,91	20
junho/96	-	78,84	20
maio/96	-	80,82	20
abril/96	-	82,83	20
março/96	-	84,90	20

fevereiro/96	-	87,12	20
janeiro/96	-	89,47	20
dezembro/95	-	92,05	20
novembro/95	-	94,83	20
outubro/95	-	97,71	20
setembro/95	-	100,80	20
agosto/95	-	104,12	20
julho/95	-	107,96	20
junho/95	-	111,98	20
maio/95	-	116,02	20
abril/95	-	120,27	20
março/95	-	124,53	20
fevereiro/95	-	127,13	20
janeiro/95	-	130,76	20

nota: SELIC 09/99 = 1,49%

(*) Multiplique 0,33% pelo número de dias de atraso. Para efeito de contagem de dias de atraso, computa-se a partir do dia útil seguinte a data do vencimento do débito e vai até a data do efetivo pagamento, observando-se o limite de 20% (ou seja 61 dias de atraso)

TABELA DE MULTAS - CÁLCULO 0,33% AO DIA

DIAS DE ATRASO	MULTA %	16	5,28	33	10,89	50	16,50
01	0,33	17	5,61	34	11,22	51	16,83
02	0,66	18	5,94	35	11,55	52	17,16
03	0,99	19	6,27	36	11,88	53	17,49
04	1,32	20	6,60	37	12,21	54	17,82
05	1,65	21	6,93	38	12,54	55	18,15
06	1,98	22	7,26	39	12,87	56	18,48
07	2,31	23	7,59	40	13,20	57	18,81
08	2,64	24	7,92	41	13,53	58	19,14
09	2,97	25	8,25	42	13,86	59	19,47
10	3,30	26	8,58	43	14,19	60	19,80
11	3,63	27	8,91	44	14,52	a partir de 61 dias	20
12	3,96	28	9,24	45	14,85		
13	4,29	29	9,57	46	15,18		
14	4,62	30	9,90	47	15,51		
15	4,95	31	10,23	48	15,84		
		32	10,56	49	16,17		

Exemplo 1:

- IRRF vencido em 15/10/99
- valor de R\$ 200,00
- recolhimento no dia 22/10/99

olhando as tabelas, temos:

- atualização = não há
- juros = não há
- multa = 1,65% (de 18 a 22/10/99 = 5 dias x 0,33%)

Obs.: a contagem dos dias de atraso inicia-se no 1º dia útil imediatamente subsequente ao do vencimento do débito e termina no dia do efetivo pagamento.

- Calculando sucessivamente, temos:

- multa:
R\$ 200,00 x 1,65% = R\$ 3,30
- Portanto, o valor à recolher será:

200,00 + 3,30 = R\$ 203,30.

Exemplo 2:

- IRRF vencido em 20/09/99
- valor de R\$ 200,00
- recolhimento no dia 08/10/99

olhando as tabelas, temos:

- atualização = não há
- juros = 1%
- multa = 5,94% (de 21/09/99 a 08/10/99 = 18 dias x 0,33%)

- Calculando sucessivamente, temos:
- juros:
 $R\$ 200,00 \times 1\% = R\$ 2,00$
- multa:
 $R\$ 200,00 \times 5,94\% = R\$ 11,88$
- Portanto, o valor à recolher será:
 $200,00 + 2,00 + 11,88 = R\$ 213,88.$

Exemplo 3:

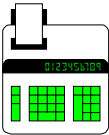
- IRRF vencido em 30/09/95, no valor de R\$ 1.400,00:

olhando a tabela, temos:

- juros = 100,80%
- multa = 20%.
- Calculando sucessivamente, temos:
- juros:
 $R\$ 1.400,00 \times 100,80\% = R\$ 1.411,20$
- multa:
 $R\$ 1.400,00 \times 20\% = R\$ 280,00$
- Portanto, o valor à recolher será:

 $1.400,00 + 1.411,20 + 280,00 = R\$ 3.091,20.$

QUADRO - RESUMO			
EVENTO	CORREÇÃO MONETÁRIA	JUROS	MULTA
Fatos geradores até 31/12/94	Através da UFIR.	1% ao mês-calendário ou fração.	10%, se pago até o último dia do mês subsequente ao vencimento. Após esse prazo, a multa é de 20%.
Fatos geradores a partir de 01/01/95 até 31/03/95	Não há.	Taxa média anual de captação do Tesouro Nacional relativa à Dívida Mobiliária Federal Interna, divulgada pela Secretaria do Tesouro Nacional, sendo de 3,63% para fevereiro e 2,60% para março (Lei nº 8.981/95, I).	10%, caso o pagamento se verificar no próprio mês do vencimento; 20% caso o pagamento ocorrer no mês seguinte ao vencimento; e 30% quando o pagamento for efetuado a partir do 2º mês subsequente ao do vencimento (art. 84 e seus §§, da MP nº 812, de 30/12/94, transformada na Lei nº 8.981, de 20/01/95).
Fatos geradores a partir de 01/04/95 até 31/12/96	Não há.	Taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente (Lei nº 9.065/95, art. 13); ou à razão de 1% ao mês-calendário ou fração, prevalecendo o que for maior. O juro relativo ao mês do pagamento do débito é 1% (art. 84 e seus §§, da MP nº 812, de 30/12/94, transformada na Lei nº 8.981, de 20/01/95).	10%, caso o pagamento se verificar no próprio mês do vencimento; 20% caso o pagamento ocorrer no mês seguinte ao vencimento; e 30% quando o pagamento for efetuado a partir do 2º mês subsequente ao do vencimento (art. 84 e seus §§, da MP nº 812, de 30/12/94, transformada na Lei nº 8.981, de 20/01/95).
Fatos geradores a partir de janeiro/97	Não há.	Taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, acumulada mensalmente, calculados a partir do 1º dia do mês subsequente ao vencimento do prazo até o mês anterior ao do pagamento e de 1% no mês do pagamento (art. 61, da Lei nº 9.430, de 27/12/96).	0,33% por dia de atraso, limitado a 20% (art. 61, da Lei nº 9.430, de 27/12/96).



DÉBITOS TRABALHISTAS
TABELA PARA ATUALIZAÇÃO - OUTUBRO/99

TABELA MENSAL

Coeficientes de atualização para 01/10/99. A aplicação dos coeficientes desta tabela fornece o resultado em Reais (R\$).

MÊS	1985	1986	1987	1988	1989
01	0,000658	0,000201	0,151124	0,026937	2,606009
02	0,000584	0,000173	0,151124	0,023119	2,129788
03	0,000530	0,151124	0,088539	0,019599	1,799567
04	0,000471	0,151124	0,077317	0,016894	1,502018
05	0,000421	0,151124	0,063919	0,014164	1,353657
06	0,000383	0,151124	0,051781	0,012026	1,231269
07	0,000350	0,151124	0,043875	0,010061	0,986357
08	0,000326	0,151124	0,042576	0,008111	0,766043
09	0,000301	0,151124	0,040030	0,006722	0,592270
10	0,000276	0,151124	0,037878	0,005421	0,435653
11	0,000253	0,151124	0,034693	0,004260	0,316562
12	0,000228	0,151124	0,030745	0,003356	0,223861

MÊS	1990	1991	1992	1993	1994
01	0,145791	0,011597	0,002215	0,000176	0,006848
02	0,093390	0,009647	0,001765	0,000139	0,004842
03	0,054051	0,009016	0,001405	0,000110	0,003462
04	0,029325	0,008310	0,001131	0,000087	0,002441
05	0,029325	0,007628	0,000934	0,000068	0,001672
06	0,027828	0,006999	0,000780	0,000053	0,001142
07	0,025388	0,006398	0,000644	0,000041	2,137720
08	0,022915	0,005813	0,000521	0,031262	2,035416
09	0,020723	0,005193	0,000423	0,023445	1,992943
10	0,018363	0,004447	0,000337	0,017416	1,945490
11	0,016149	0,003713	0,000269	0,012756	1,897020
12	0,013845	0,002845	0,000219	0,009369	1,843180

MÊS	1995	1996	1997	1998	1999
01	1,791703	1,361242	1,242178	1,131465	1,049656
02	1,754829	1,344402	1,233005	1,118646	1,044264
03	1,722902	1,331586	1,224901	1,113678	1,035670
04	1,684169	1,320835	1,217213	1,103750	1,023780
05	1,627740	1,312179	1,209699	1,098564	1,017581
06	1,576548	1,304498	1,202062	1,093596	1,011752
07	1,532321	1,296590	1,194257	1,088250	1,008618
08	1,487827	1,289048	1,186450	1,082294	1,005668
09	1,450060	1,281010	1,179058	1,078251	1,002715
10	1,422474	1,272585	1,171473	1,073408	1,000000
11	1,399329	1,263213	1,163847	1,063948	
12	1,379483	1,253006	1,146270	1,057459	

Índices cumulativos de acordo com o disposto na Lei 6423/77, Lei 6899/81, Decreto 86649/81, Decreto-lei 2322/87, Lei 7738/89 e Lei 8177/91. Esta tabela não inclui juros de mora, que devem ser computados sobre o principal corrigido obedecido o seguinte critério legal: 0,50% a.m. simples, da distribuição até fev/87 - Código Civil; 1,00% a.m. capitalizados de mar/87 a fev/91 - Decreto-lei 2322/87; 1,00% a.m. simples a partir de mar/91 - Lei 8177/91.

Obs.: Havendo períodos com juros de mora diferentes, somam-se os percentuais apurados em cada período e o total é aplicado sobre o valor atualizado, sendo vedada a aplicação cumulativa.



TESTANDO SEUS CONHECIMENTOS ...

ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

01. Os estabelecimentos industriais de qualquer natureza, inclusive de transportes, comunicações e pesca, são obrigados a empregar e matricular nos cursos mantidos pelo SENAI:

- a) um número de aprendizes equivalente a 1% no mínimo e 5% no máximo, dos operários existentes em cada estabelecimento, e cujos ofícios demandam formação profissional.
- b) um número de aprendizes equivalente a 3% no mínimo e 10% no máximo, dos operários existentes em cada estabelecimento, e cujos ofícios demandam formação profissional.
- c) um número de aprendizes equivalente a 5% no mínimo e 15% no máximo, dos operários existentes em cada estabelecimento, e cujos ofícios demandam formação profissional.

02. O mandato dos membros eleitos da CIPA terá a duração de:

- a) 1 ano, permitida uma reeleição.
- b) 2 anos, permitida uma reeleição.
- c) 1 ano, não permitida a reeleição.

Nota: respostas no próximo RT.

RESPOSTAS DAS PERGUNTAS DO RT ANTERIOR:

01. Alternativa “B”. Art. 414 da CLT.
02. Alternativa “A”. Subitem 5.24, da Portaria nº 8, de 23/02/99, DOU de 24/02/99, da Secretaria de Segurança e Saúde no Trabalho.

**Para fazer a sua assinatura,
entre no site www.sato.adm.br**

O que acompanha na assinatura ?

- informativos editados duas vezes por semana (3ª e 6ª feiras);
 - CD-Rom Trabalhista (guia prático DP/RH) devidamente atualizado;
 - consultas trabalhistas por telefone e por e-mail (sem limite);
 - acesso integral às páginas do site (restritas apenas aos assinantes);
 - notícias de urgência ou lembretes importantes, por e-mail;
 - requisição de qualquer legislação, pertinente a área, além dos arquivos disponibilizados no CD-Rom Trabalhista;
 - descontos especiais nos eventos realizados pela Sato Consultoria de Pessoal (cursos, palestras e treinamento in company).
-

Todos os direitos reservados

Todo o conteúdo deste arquivo é de propriedade de V. T. Sato (Sato Consultoria). É destinado somente para uso pessoal e não-comercial. É proibido modificar, licenciar, criar trabalhos derivados, transferir ou vender qualquer informação, sem autorização por escrito do autor. Permite-se a reprodução, divulgação e distribuição, mantendo-se o texto original, desde que seja citado a fonte, mencionando o seguinte termo:
“fonte: sato consultoria - www.sato.adm.br”